

## A “EDUCAÇÃO DOMÉSTICA” NOS ASILOS FEMININOS. O EXEMPLO DO ASILO D. PEDRO V DE LISBOA NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

*Joaquim Pintassilgo<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Pretende-se, com este artigo, estudar os asilos femininos existentes em Lisboa na transição do século XIX para o século XX – com uma particular atenção ao Asilo D. Pedro V – tendo em conta os pressupostos pedagógicos e sociais que fundamentavam a sua organização e actividade. A finalidade de preparar meninas pobres para uma vida de trabalho e de honestidade, em harmonia com o lugar social a que estavam destinadas, era plenamente assumida. Daí que o papel educativo do trabalho fosse muitas vezes realçado, surgindo a chamada “educação doméstica” como uma área de formação relevante. Pretendia-se, ainda, evitar que essas jovens se transformassem num elemento social perturbador. Estava subjacente a estas instituições, em termos gerais, um projecto de regeneração moral por via da educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Asilo. Educação doméstica. Modernidade pedagógica.

**ABSTRACT:** The following article pretends to present a study of the feminine asylums existents in Lisbon between the last decades of the 19<sup>th</sup> century and the first decades of the 20<sup>th</sup> century – with a particular attention to the D. Pedro V asylum – in what concerns the pedagogical and social ideology that act as a base for its organization and activity. The goal of preparing poor girls for a life of work and honesty, according with the social role destined for them is clearly present, enhancing the educational role of work,

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade de Lisboa. E-mail: japintassilgo@fc.ul.pt

with a greater importance on the institutions where the so called “household education” appears as a relevant area of formation. Another one of the main purposes of these institutions relates to the area of social control: education as a tool of impediment for women to become a distressful social element, therefore being subjacent to these institutions a project of moral regeneration by means of education.

**KEYWORDS:** Asylum. Household education. Pedagogic modernity.

O ambiente cultural português da transição do século XIX para o século XX foi propício ao desenvolvimento das preocupações com a educação popular. A crença positivista no papel decisivo da educação como fonte de progresso e de regeneração social, o desenvolvimento do filantropismo liberal, o labor cultural de pensador iluminista da maçonaria e o investimento político republicano foram algumas das condições que favoreceram a afirmação de um discurso que colocava o povo, a sua protecção e a sua educação no centro do debate político e pedagógico. Nesta conformidade, conheceu a luz do dia todo um vasto conjunto de experiências nos terrenos da educação popular, como as associações visando o combate ao analfabetismo, as ligas de instrução e de educação, os jardins de infância, as escolas operárias, as universidades livres e populares e os asilos da infância desvalida, entre muitos outros exemplos.

As iniciativas no campo da protecção aos menores em risco – geralmente com a designação de asilos – são também muito diversas, dando conta da sucessão e combinação de perspectivas diferenciadas, que vão do espírito caritativo associado ao catolicismo até à assunção da solidariedade como valor central, no caso da moral laica republicana, sem esquecer o já referido ideal filantrópico, típico do liberalismo oitocentista<sup>2</sup>. O presente artigo toma

---

<sup>2</sup> Sobre o tema da assistência e reeducação de menores em Portugal entre os séculos XIX e XX podem consultar-se, entre outras, as seguintes obras: CALDEIRA, Maria de Fátima. *De meninos se fazem os homens. Assistência infan-*

como objecto de estudo os asilos femininos existentes em Lisboa na transição do século XIX para o século XX, analisando, em particular, o exemplo do Asilo de D. Pedro V do Campo Grande. É nossa intenção articular o estudo de instituições de protecção e assistência a jovens em risco – no que se refere aos pressupostos pedagógicos e sociais que fundamentam a sua organização e actividade – com as concepções relativas à educação popular difundidas na época, designadamente no que se refere à educação feminina. São utilizadas fontes diversificadas, tais como a imprensa pedagógica do período, outras publicações e fontes documentais relativas às referidas instituições, designadamente no que se refere ao caso do Asilo de D. Pedro V.

### **A centralidade da “educação doméstica” nos projectos vocacionados para a educação popular feminina**

A chamada educação *ménagère* ou educação *doméstica* conhece um amplo tratamento na imprensa pedagógica nas primeiras décadas do século XX, designadamente no que se refere ao campo educativo renovador. Álvaro Viana de Lemos, uma das figuras centrais do movimento português da Educação Nova, reflecte, por exemplo, em artigo publicado em 1924, sobre a importância do tema, ao mesmo tempo que critica a sua subalter-

---

*til e juvenil na cidade de Lisboa durante a 1ª República*. Lisboa, Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993; RIBEIRO, Victor. *História da beneficência pública em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907; RUFINO, César, LIMA, Ana Laura, & RODRIGUES, Flávia Sílvia. *Para uma história da reeducação e assistência a menores em Portugal e no Brasil dos séculos XIX e XX: discursos e instituições*. Lisboa: Educa, 2003; RUFINO, César. *A educação correcional de menores em internato. Discurso pedagógico e práticas disciplinares da modernidade*. Lisboa, Dissertação (Mestrado), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, 2004; SANTOS, Maria Manuela. *A assistência infantil na transição para o século XX e nos primeiros anos da República*. Lisboa. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1989.

nização. Procurando clarificar o conceito, o autor define a educação *ménagère* (termo a que dá preferência e que considera de difícil tradução) como sendo “a preparação das raparigas para boas donas de casa, para mães, para arranjos domésticos, para serviçais, para toda a espécie de ocupações genuinamente femininas e do lar”.<sup>3</sup> Relacionados com a educação *ménagère* estariam, entre outros, os seguintes ramos: puericultura, higiene, ensino infantil, corte e costura, culinária, civilidade e economia doméstica, lista que dá bem conta da abrangência com que é encarado o tema.

Sendo claramente um defensor da educação da mulher, o autor considera dever esta educação ser diferenciada. A coeducação, parcialmente praticada nas escolas do tempo, não deve implicar, segundo Viana de Lemos, *masculinizar ou pelo menos neutralizar a mulher*, conduzindo a uma situação em que não haveria *verdadeiras donas de casas, nem sequer criadas*, pois todas as mulheres passariam a ser *intelectuais, empregadas públicas ou do comércio ou da indústria*, deixando de haver *lares simples de conforto amável e vida calma de família*. Este olhar pessimista sobre as hipotéticas consequências nefastas de uma educação igualitária, no que à questão dos géneros se refere, remete-nos claramente para os limites do discurso pedagógico renovador sobre a educação feminina. Para Viana de Lemos, a *trágica crise do lar*, que ele acredita diagnosticar, deve-se à inexistência de uma *verdadeira economia doméstica* em Portugal.

O contraponto é, como sempre, representado, em face do nosso eventual atraso, pelos países considerados mais cultos e desenvolvidos, nos quais o “ensino *ménagère*, em todas as suas modalidades, está largamente desenvolvido e espalhado”.<sup>4</sup> Referindo-se às escolas *ménagères*, o autor proclama: *toda a Europa está cheia delas*<sup>5</sup>. No caso português, os exemplos de *autêntica*

---

<sup>3</sup> LEMOS, Álvaro Viana de. “A educação *ménagère*”. *Revista Escolar*. Vila Franca de Xira, IV (1), Janeiro, 1924, p.22.

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*, pp.22-23.

<sup>5</sup> Idem, *ibidem*, p.28.

*costura e aprendizagem de serviços domésticos* parecem-lhe escassos, sendo referidos, em particular, o Asilo de D. Pedro V, o Instituto de Odivelas e o Instituto das Filhas do Professorado Primário<sup>6</sup>. Na sequência destas considerações, a conclusão afigura-se óbvia:

Urge criar escolas especiais de educação *ménagère* (para formar donas de casa, preceptoras, amas, criadas, costureiras, enfermeiras e governantas), depois exigir habilitações reais a quem nos sirva e auxilie na vida do lar e, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, não deixar de introduzir em todos os cursos de educação feminina as matérias de ensino doméstico, assim como impor, como autorização legal para o casamento, os conhecimentos *ménagères* à mulher que vai ser reconhecida oficialmente mãe e dona de casa.<sup>7</sup>

Num outro texto, originalmente uma comunicação apresentada, em nome da Liga Nacional de Instrução, ao Congresso Internacional de Ocupações Domésticas, realizado em Gand (ou Gent, Bélgica) em 1913, a médica e educadora Adelaide Cabete, militante feminista republicana, faz o balanço da situação em Portugal do *ensino doméstico da mulher*, realçando a sua importância, mesmo num contexto de *perfeita igualdade de sexos perante a lei*. Embora recorrendo a argumentos menos conservadores do que Álvaro Viana de Lemos, ela própria considera, referindo-se ao estudo da puericultura, “um crime de lesa-majestade deixar casar uma menina sem a verificação prévia de que ela se acha habilitada a cuidar da sua prole”.<sup>8</sup>

Em seguida, a autora apresenta vários exemplos, todos eles retirados da sua actividade, como médica e professora de higiene,

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*, p.23.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*, p.27.

<sup>8</sup> CABETE, Adelaide. “Papel que o estudo da puericultura, da higiene feminina, do ensino dos primeiros cuidados em caso de acidente e da pedagogia maternal deve desempenhar no ensino doméstico”. *Liga Nacional de Instrução. Arquivo dos seus trabalhos*. Lisboa, I (2), Abril / Junho, 1915, p.16.

no já referido Instituto Feminino de Educação e Trabalho (situado em Odiveelas), uma instituição destinada à educação das filhas de militares e que se torna neste período uma referência, em Portugal, no que diz respeito à concretização de métodos pedagógicos inovadores. Segundo Adelaide Cabete, as alunas aprendem puericultura e pedagogia maternal, de forma prática, na creche e na escola maternal do Instituto. No que diz respeito à higiene, a autora considera *de absoluta necessidade que a dona de casa conheça, não só a higiene que consigo tem a observar, mas também que tenha noções exactas de higiene geral*, designadamente no que se refere aos banhos a tomar, ao arejamento de uma casa, ao tempo a ser dedicado quer ao estudo quer ao o recreio ou à confecção e ingestão de alimentos. “As minhas alunas – adianta – aprendem tudo isto, fazendo praticamente todos os trabalhos na aula de culinária, ao mesmo tempo que indico na aula de higiene quais os alimentos preferíveis e necessários em virtude da sua composição química”.<sup>9</sup> Os *primeiros socorros* e as *noções básicas de enfermagem* são, igualmente, alvo de aprendizagens práticas no apoio às consultas médicas.

Confrontamo-nos, aqui, com um contexto em que a presença do saber médico no terreno da pedagogia é um dado incontornável, expresso, por exemplo, pela centralidade assumida pelas preocupações de tipo higienista. A defesa dos chamados métodos activos marca, igualmente, uma presença constante no discurso de Adelaide Cabete. O que se torna mais interessante é a vontade de concretizar ambas as inovações no terreno do ensino doméstico. Mesmo assim, o papel da educação *ménagère* na agenda renovadora não deixa de se caracterizar por uma certa ambivalência: por um lado, contém um elemento de valorização da educação da mulher do povo, por outro, é inquestionável a reprodução de uma divisão de trabalho que remete a mulher para as tarefas domésticas.

---

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, p.19.

## Um olhar sobre os asilos femininos em Lisboa no início do século XX

A chamada de atenção, em artigos publicados na imprensa pedagógica do início do século XX, para instituições escolares diversas prende-se com a crença na possibilidade de generalizar determinadas inovações através da divulgação de exemplos considerados modelares, em contraponto à crítica de escolas ou de práticas consideradas negativas, também por vezes referenciadas. Um exemplo desta asserção é a sequência de dois artigos publicados nos *Anais da Academia de Estudos Livres*, subscrita por António Alfredo Alves, militar e professor do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, dedicada ao tema dos asilos femininos em Portugal e escrita após visitas do autor a diversas dessas instituições e originalmente destinados a serem apresentados como comunicação ao já referido Congresso Internacional dedicado ao Ensino Doméstico (1913). Num balanço geral, Alfredo Alves afirma o seguinte:

Faz-se geralmente pouca justiça aos estabelecimentos asilares de Lisboa, não sendo rara a opinião de que tais estabelecimentos poucos ou nenhuns serviços prestam à educação, sendo apenas depósitos de crianças [...] Eu mesmo compartilhava um pouco desta corrente pessimista e confesso que foi com a mais agradável das surpresas que reconheci o meu erro, quando quis ver *com os meus olhos* alguns asilos de que vou falar [...]

A impressão que me ficou das visitas que fiz a estas casas foi a de que as respectivas direcções pensam muito a sério em resolver o problema da educação da mulher do povo, preparando a criança desvalida para as lutas da vida, a fim de que no meio em que mais tarde tem de viver possa ser um elemento de valor social e não um elemento perturbador e inútil [...]

Era dever de todos fazermos um pouco mais de justiça às pessoas que dirigem estes estabelecimentos que, pelo seu carácter, pelo seu amor às crianças desvalidas e pelo seu saber procuram por todos os modos dar pão e abrigo às pobrezinhas bem como uma

educação harmónica com o meio em que são destinadas a viver, além do amparo e protecção à saída da casa em que se tornaram mulheres.<sup>10</sup>

Um aspecto a sublinhar é o claro entendimento dos asilos como tendo por função a *educação da mulher do povo*, não se limitando a serem *depósitos de crianças*. Uma dessas instituições – o Asilo do Lumiar – é exactamente criticado por ser “antes um albergue de crianças pobres do que uma escola”.<sup>11</sup> Em relação ao Recolhimento de S. Pedro de Alcântara, igualmente recenseado, sugere-se que a sua reformulação *harmonizando-o com as indicações de uma boa e sólida educação* – comece pelo próprio nome – *recolhimento*<sup>12</sup>.

É visível, no entanto, que a promoção social para que essa educação deve apontar é muito relativa. Ela deve ser adequada ao meio social em que as asiladas *são destinadas a viver*. Numa das instituições – o Asilo de Nossa Senhora da Conceição para Crianças Abandonadas – o plano de estudos e trabalhos – considerado *moderno* – é elogiado por ter por finalidade “preparar as pobres crianças para uma vida de trabalho e de honestidade e por estar em harmonia com o lugar que as alunas naturalmente virão a ocupar na sociedade: boas criadas e operárias instruídas”.<sup>13</sup> Além disso, a finalidade de controlo social que, por essa via, se pretende atingir é uma das suas principais motivações. A educação proporcionada pretende evitar que essas jovens se transformem num *elemento perturbador e inútil*.

Um dos aspectos que é elogiado em algumas instituições é a qualidade dos edifícios e dos espaços envolventes e sua adequação à função que exercem. Do Asilo de D. Pedro V diz o autor ter

---

<sup>10</sup> ALVES, António Alfredo. “Asilos femininos - I”. *Anais da Academia de Estudos Livres – Universidade Popular*. Lisboa, (4-5), 1912, pp.143-144.

<sup>11</sup> Idem, *ibidem*, p.145.

<sup>12</sup> ALVES, António Alfredo. “Asilos femininos – II”. *Anais da Academia de Estudos Livres – Universidade Popular*. Lisboa, (7-8), 1913, p.243.

<sup>13</sup> Idem, *ibidem*, p.242.



sido “construído expressamente para este fim, com amplas janelas por onde a luz e o ar entram livremente, para além de estar localizado numa zona verde e de possuir um belo parque bem arborizado com a respectiva horta e jardim”.<sup>14</sup> As preocupações, de natureza higiénica, com a iluminação e a circulação do ar estão bem presentes, bem como o pressuposto – típico da Educação Nova – da necessidade de contacto com a natureza, encarada como fonte de regeneração. Encontramos ainda uma chamada de atenção para espaços – como a horta – encarados como imprescindíveis para a prática de trabalhos manuais e para uma aproximação maior ao ideal da educação integral. No Asilo de Nossa Senhora da Conceição, refere-se que “as alunas aprendem no jardim a observar e a cultivar as flores, tratam de horticultura, arboricultura, criação e tratamento de animais domésticos”.<sup>15</sup>

O papel educativo do trabalho é bastas vezes realçado. Relativamente ao Asilo do Lumiar, Alfredo Alves afirma, em tom crítico, que “não há propriamente ensino doméstico e que não se pode dizer que haja ensino profissional”.<sup>16</sup> Em contraponto, no Asilo de Santo António, *as alunas fazem todo o serviço da casa, tanto da cozinha como da limpeza do edifício, refeitório, camaratas, etc.*, nenhuma saindo do estabelecimento “sem que tenha, praticamente, conhecimento de todos os serviços domésticos”.<sup>17</sup>

Mas, segundo o autor, o que torna este estabelecimento – o Asilo de Santo António – *modelar e notável* são as suas *alegres oficinas*, que incluem o trabalho da prata e da madeira, a cartonagem, o corte e confecção de vestidos, bordados, etc.<sup>18</sup> É que, para além dos trabalhos educativos, alguns destes asilos estão vocacionados para uma formação profissional. No referido asilo existe, por exemplo, um curso de escrituração comercial. No Asilo de Nossa Senhora da Conceição existem, entre outros, cursos de

---

<sup>14</sup> ALVES, António Alfredo. “Asilos femininos – I”. Op.cit., p.144.

<sup>15</sup> ALVES, António Alfredo. “Asilos femininos – II”. Op.cit., p.242.

<sup>16</sup> ALVES, António Alfredo. “Asilos femininos – I”. Op.cit., p.146.

<sup>17</sup> Idem, ibidem, p.146.

<sup>18</sup> Idem, ibidem, p.147.

contabilidade, dactilografia, culinária, corte, bordados e rendas. Na Casa-Mãe de Benfica, fundada por Francisco Grandela, as educandas aprendem a trabalhar, como modistas, na fábrica do próprio fundador.

Mas é a chamada *educação doméstica* a principal área de formação da maioria destas casas. É o caso do Asilo da Ajuda, considerado *um verdadeiro modelo em tudo que se refere ao ensino das donas de casa*, onde tudo está a cargo das *pequenas donas de casa* que são as suas alunas. Alfredo Alves acrescenta a seguinte curiosidade à anterior constatação no sentido de reforçar o seu argumento:

Um dos directores é o general Sr. Bandeira de Melo, uma alta competência no assunto; os seus livros de cozinha e de corte publicados com o pseudónimo de Carlos Bento da Maia dão-lhe um lugar de destaque entre as pessoas que se têm dedicado ao ensino doméstico. Não é porém o saber a única qualidade deste ilustre oficial, avulta nele a paixão pela vulgarização dos conhecimentos de utilização imediata, tornando-o assim um verdadeiro apóstolo da educação da mulher do povo.<sup>19</sup>

Encontramo-nos aqui perante um general com uma produção abundante na área da *educação doméstica*, de que fazem parte títulos como os seguintes: *Economia doméstica*, *Manual de cozinha e de copa*, *Tratado completo de cozinha e copa*, *Tratado elementar do risco e do corte*, *Higiene da habitação* e *Livro de paciências*, algumas delas com reedições sucessivas, comprovando o seu uso intenso. Além disso, as suas obras são consideradas de *vulgarização dos conhecimentos de utilização imediata*. Esta é, seguramente, uma das mais importantes acepções atribuídas à educação popular pela elite esclarecida de então e com preocupações de natureza filantrópica e educativa, de que é exemplo este *verdadeiro apóstolo da educação da mulher do povo*.

---

<sup>19</sup> ALVES, António Alfredo. "Asilos femininos – II". Op.cit., p.246.

O diagnóstico de Alfredo Alves conduz-nos à consideração de que, no conjunto, existem quatro, de entre as instituições asilares recenseadas, que são detentoras de um certo, embora variável, grau de exemplaridade. São os casos do Asilo de D. Pedro V – que “impressiona admiravelmente as pessoas que o visitam”<sup>20</sup>, do Asilo de Santo António – “uma das mais belas obras educativas que nos tempos modernos Lisboa deve à iniciativa benfazeja dos amigos das crianças pobres”<sup>21</sup>, do Asilo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas abandonadas – um “belo estabelecimento que entrou actualmente num caminho prático e cuja orientação pedagógica faz honra à direcção”<sup>22</sup> – e, finalmente, o Asilo da Ajuda – um *vasto e confortável asilo, onde nada falta para o bem estar das cento e tantas crianças que o habitam*. Esta última instituição conduz o autor à seguinte referência comparativa: *sobre o ponto de educação doméstica, o ensino que nesta casa se ministra parece-nos o mais completo entre todos os estabelecimentos similares*. Relativamente a qualquer deles, um dos aspectos mais valorizados é o facto de terem como “principal preocupação [...] educar as alunas para boas e modestas donas de casa e criadas bem preparadas para o desempenho deste mister”.<sup>23</sup> A referida concepção remete-nos para a moderação das posições expressas por educadores portugueses - mesmo quando vinculados ao campo pedagógico renovador – em particular no que diz respeito às questões do género e do destino social. Fica claro, por um lado, que se pretende educar estas jovens para que exerçam tarefas e profissões adequadas à condição feminina e, por outro, que não se lhes deve alimentar expectativas demasiado elevadas do ponto de vista da mobilidade social.

A seguir vamo-nos referir, em particular, a uma das instituições investidas de maior exemplaridade, o Asilo de D. Pedro V, ao

---

<sup>20</sup> ALVES, António Alfredo. “Asilos femininos. I”. Op.cit., p.144.

<sup>21</sup> Idem, ibidem, p.146.

<sup>22</sup> ALVES, António Alfredo. “Asilos femininos. II”. Op.cit., p.242.

<sup>23</sup> Idem, ibidem, p.246.

ponto de, na conclusão do relatório de 1913, dedicado a esta instituição, e igualmente apresentado como comunicação, em nome da Liga Nacional de Instrução, ao Congresso Internacional de Gang (Gent), o seu autor, o republicano Borges Grainha, “considerar muito digno de ser imitado o modo como se procede nesta casa na prática da educação doméstica, que é o mais consentâneo com as condições das meninas pobres e órfãs que costumam ser admitidas nos asilos desta espécie”.<sup>24</sup>

### **O Asilo D. Pedro V de Lisboa**

O Asilo D. Pedro V de Lisboa foi fundado em 1857, na sequência de uma primeira reunião de benfeitores, realizada em 1855, e do início da construção, no ano seguinte, de edifício próprio, o qual foi inaugurado em 10 de Outubro de 1857. O primeiro Presidente do Conselho Director – e que se manteve em funções até 1891 – foi o Conde de Galveias, embora o principal impulsionador da iniciativa tivesse sido Manuel António Viana Pedra.

Os primeiros estatutos – *Estatutos da Associação Protectora do Asilo para a Infância Desvalida do Campo Grande* – estão datados de 1860. A instituição surge, nessa altura, principalmente como um “externato dos dois sexos, ainda que incluindo uma componente de internato feminino”.<sup>25</sup> Em 1862 é aprovado um primeiro regulamento interno, referindo-se apenas aos alunos externos. Gradualmente, o Asilo vai afirmando a sua vocação de internato feminino, tendo chegado a subsidiar, durante vários anos, as escolas primárias públicas (masculina e feminina) da freguesia do Campo Grande.

O Comissário Mariano Ghira – que veio a ser Director do Asilo

---

<sup>24</sup> GRAINHA, Manuel Borges. “Asilo de D. Pedro V para a Infância Desvalida”. *Liga Nacional de Instrução. Arquivo dos seus trabalhos*. Lisboa, I (1), Janeiro / Março, 1915, p.16.

<sup>25</sup> SILVA, Fernando Emídio da. *História do Asilo de D. Pedro V. 1857-1957*. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1957, pp. 5-6.

“fez, no relatório publicado em 1866, embora tendo por referência uma visita de inspeção realizada no ano lectivo de 1863/64, um balanço muito positivo das condições do seu funcionamento:

(O Asilo de D. Pedro V) tem desde essa época prestado um grande serviço, principalmente à instrução e educação da infância do Campo Grande. Caminhando sempre em progressivo melhoramento pode hoje afiançar-se que é um estabelecimento modelo no seu género [...]

Foi o edifício do asilo construído de propósito para aquele fim, Tem boas acomodações, bastante luz e excelente ventilação.

Ao rés-do-chão encontram-se 2 boas casas para aulas, o refeitório, secretaria, cozinha e outros quartos. No pavimento superior estão os dormitórios, enfermarias, quartos para as mestras e sala de estudo para as internas.

Há mobília apropriada e muito asseio.

A alimentação é variada e sadia [...]

As (alunas) internas achavam-se muito adiantadas em ler, escrever, história sagrada e problemas do sistema métrico, bem como nas prendas de costura e marca. Estavam suficientes em história, corografia de Portugal e gramática.

As externas também mostravam adiantamento em leitura, escrita, costura e marca.

É empregado o método português de Castilho com algumas modificações.

As alunas estão divididas em 4 classes. Os livros são dos aprovados.<sup>26</sup>

Para além de ser considerado *um modelo no seu género*, uma ideia que, como vimos, vai acompanhar o Asilo ao longo da

---

<sup>26</sup> GHIRA, Mariano. *Relatório sobre a visita de inspeção extraordinária às escolas do Distrito de Lisboa feita no ano lectivo de 1863-1864 e estatística das mesmas escolas no ano de 1864-1865 pelo Comissário dos Estudos do Distrito Mariano Ghira*. Lisboa: Tipografia da Gazeta de Portugal, 1966, pp.184-185.

sua existência, importa sublinhar a descrição dos espaços feita pelo inspetor Ghira, espaços esses construídos de raiz para a sua função e, portanto, com condições mínimas adequadas para o efeito. O relato permite ainda identificar as matérias que compunham o currículo do estabelecimento, em correspondência (bem como os compêndios) com a instrução primária oficial, para além da especificidade decorrente da valorização das *prendas de costura e marca*. Ficamos, por fim, a saber que a graduação do ensino é concretizada e que está em uso uma adaptação do *método português de Castilho*.

Em 1867, para além de obras de ampliação do edifício, foram aprovados os novos estatutos do, já então, Asilo de D. Pedro V, em homenagem ao monarca protector entretanto falecido. O carácter da instituição surge clarificado, sendo admitidas apenas crianças do sexo feminino e o internato passa a ser considerado como regime exclusivo. A idade de admissão é fixada entre os 7 e os 10 anos e a idade limite de saída nos 18 anos. É atribuída à instituição a finalidade de “instruir e educar crianças órfãs ou pobres com absoluta necessidade de amparo”.<sup>27</sup> A educação aí proporcionada teria em vista o “desenvolvimento das faculdades físicas e morais, criando hábitos de asseio, ordem e disciplina, arreigando princípios religiosos e o amor ao trabalho”.<sup>28</sup> A opção pelo internato e os valores enumerados acabam por representar uma boa sùmula do programa da instituição, a qual tinha em vista a salvação do corpo e da alma de jovens raparigas em risco e, simultaneamente, contribuir para a preservação da ordem social. Trata-se de um projecto de regeneração pessoal e social tendo por base os princípios religiosos e os hábitos de higiene, de disciplina e de trabalho inculcados no Asilo.

Em 1870 é publicado o *Regulamento Interno do Asilo de D. Pedro V para a Infância Desvalida no Campo Grande*, documento que teve uma vigência longa, definindo o enquadramento legal da

---

<sup>27</sup> SILVA, Fernando Emídio da. Op.cit., p.33.

<sup>28</sup> Idem, ibidem, p.39.

instituição durante todo o período aqui considerado. No capítulo que trata das competências e obrigações da Regente – considerada a *autoridade interna superior às mais empregadas* – dispõe-se que esta, bem como as Mestras, deverão exercer *sobre as alunas um cuidado e vigilância maternais*, cumprindo-lhes, para esse efeito o seguinte:

- 1.º Dar exemplo de civilidade, de bom comportamento e de todas as virtudes morais, civis e religiosas;
- 2.º Evitar todas as práticas ou acções que possam parecer menos convenientes e próprias de quem preza a educação;
- 3.º Apresentarem-se nas aulas com traje limpo e decente;
- 4.º Procurar ganhar a confiança das alunas por meio de maneiras afáveis e sisudas, conciliando assim o amor com o respeito devido.<sup>29</sup>

O facto de estarmos em contexto de internato, e do contacto entre professoras e alunas ser permanente, ainda realça mais a dimensão moral (e religiosa) e a exemplaridade pessoal que deveria impregnar, segundo o discurso regulamentar, a figura e o papel de cada uma das educadoras, sem pôr em causa a presença de alguma afectividade. A civilidade, considerada, na segunda metade de oitocentos, componente fundamental do currículo escolar, surge como uma presença importante, tendo em vista a promoção de uma rede de relações sociais sob o signo da harmonia e da polidez e a dissuasão de comportamentos menos adequados.

O regulamento dá conta das preocupações com a educação física das alunas, já presentes, como vimos, no relatório de Mariano Ghira. As alunas deveriam sair em passeio aos domingos e quintas-feiras e *entreter-se no terreiro e no ginásio nas horas de recreio e intervalos dos exercícios escolares*. As referências nos relatórios aos cuidados com a alimentação, a saúde e a higiene

---

<sup>29</sup> *Regulamento Interno do Asilo de D. Pedro V para a Infância Desvalida no Campo Grande*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, p.14.

das alunas são, de resto, uma constante, sublinhando a modernidade relativa de algumas das opções pedagógicas da instituição, que tinha um médico ao seu serviço e que, no Verão, encaminhava as alunas para banhos de mar junto à foz do Tejo, em casas alugadas para o efeito (em Paço de Arcos, Estoril, etc.).

No capítulo relativo à educação literária das alunas, definem-se as seguintes áreas como objecto de estudo: leitura, escrita, as quatro operações de números inteiros e decimais, sistema métrico-decimal, exercícios gramaticais, princípios gerais de moral, civilidade, doutrina cristã, elementos da história sagrada do antigo e novo testamento e labores mais usuais próprios do sexo. Os artigos dedicados às leituras são muito explícitos no que se refere aos métodos pedagógicos propostos, no caso bem mais próximos da tradição do que da modernidade escolar, quando sugerem que as mestras façam as alunas “decorar e recitar aqueles artigos e trechos que julgarem mais interessantes, principalmente os da doutrina cristã, devendo preferir os livros que, pela sua singeleza acomodada à capacidade das primeiras idades, forem próprios para lhes inspirar sentimento de religião e a perfeição das virtudes morais e sociais”.<sup>30</sup> Apesar de algumas experiências inovadoras, na segunda metade do século XIX, o uso de catecismos e o apelo à memorização continuam a ser uma constante, o mesmo acontecendo, como já notámos, relativamente à intencionalidade moralizante de projectos educativos, como o do Asilo de D. Pedro V, destinados à educação da mulher do povo.

Um capítulo importante do regulamento e, certamente, da vida quotidiana do Asilo – pelo menos até à implantação da República – é, como vimos, o que se refere à educação moral e religiosa das alunas. A responsabilidade por essa tarefa é cometida, fundamentalmente, às professoras: *As mestras serão incansáveis nas diligências que devem incessantemente empregar na instrução religiosa das alunas, devendo fazer-lhes aprender a doutrina cristã.* Tendo em vista essa aprendizagem, a opção recai, de novo, sobre

---

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, p.33.



os tradicionais métodos catequéticos: “A este fim serão principalmente destinadas algumas práticas, em que as mestras farão repetir de cor as lições do catecismo”.<sup>31</sup> É inquestionável que o catolicismo mantém, nesta fase, a sua legitimidade como factor de consenso e de aglutinação social.

No que se refere à disciplina, sugere-se que os castigos sejam *pouco frequentes e aplicados oportunamente e sobretudo com justiça*. O regulamento estipula uma graduação punitiva, que começa pela repreensão em privado e termina com a privação de recreio ou de passeio, passando por *estar de pé*, pelo *isolamento*, por *rótulos que devem trazer ao pescoço* ou pela *repreensão* perante o colectivo. Como reflexo de um olhar diferente, e mais humano, sobre a questão dos castigos escolares, que gradualmente se vai difundindo nos meios educativos, “é expressamente proibida a aplicação de castigos corporais”.<sup>32</sup> Tendo em conta que se trata de uma instituição destinada a jovens oriundas dos meios populares, e que este regulamento data de 1870, não gostaríamos de deixar de sublinhar a modernidade relativa da anterior formulação, a par da vocação disciplinar típica deste tipo de instituições e que visa a normalização dos comportamentos à luz do considerado socialmente correcto.

Muito significativas, no que se refere à dimensão moralizadora do projecto pedagógico do Asilo, são as *instruções* dadas às alunas no momento em que deixavam a instituição, as quais obedeciam a um modelo pré-definido:

Enquanto milhares de crianças, nas suas circunstâncias, têm sofrido muitas privações, e especialmente a de receberem a necessária educação, tem, graças à caridade dos protectores deste estabelecimento, sido nele criada e instruída nos trabalhos domésticos, nos deveres da religião, no modo de ganhar a vida honestamente, promovendo-se que seja cuidadosa nas suas obrigações, verdadeira nos actos da sua vida, carinhosa para os iguais e respeitosa para

---

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, p.37.

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*, p.35.

com os superiores.

Faça por obedecer às ordens daqueles a quem deve obediência e por promover seus interesses com zelo [...]

Evite toda e qualquer tentação para o mal e, se cair em faltas, não as agrave com a mentira ...

Lembre-se que não poderá cumprir o seu dever para com a sociedade, se deixar de o cumprir para com Deus [...]

O conselho director deste estabelecimento espera sinceramente que nunca deixará de se dirigir por estes conselhos, ditados pela razão e pela religião. Lembre-se que Deus foi servido destiná-la para uma vida de trabalho e que não o poderá servir melhor do que cumprindo fielmente os deveres dessa vida.<sup>33</sup>

Sublinhe-se o facto de, em plena segunda metade do século XIX, a fundamentação do projecto do Asilo continuar muito mais associada à caridade cristã do que ao filantropismo liberal, como se pode constatar pelas referências à *caridade dos protectores*. Deixamos para depois uma reflexão mais detalhada sobre os valores em que assentava o referido projecto, bem como sobre o destino social a que se procurava vincular as alunas.

Um indicador da modernidade do Asilo – no que se refere à sua aproximação ao modelo escolar de educação – é a forma racional e rigorosa com que se pretende regular o uso do tempo pelas alunas. A totalidade do dia é segmentada em parcelas destinadas a actividades diferenciadas (intercalando trabalho escolar, recreio, horas das refeições e das orações) e reguladas pelos *relógios interiores* e pelos *toques da sineta*. O *levantar* é às 5.30h no Verão e 6.30h no Inverno, seguido de orações, que se repetem no final do dia, antecedendo o *deitar*, respectivamente às 21.30h e às 20h. Os domingos e as quintas-feiras (quando não haja feriados) destinam-se a passeios. O exercício de tarefas domésticas inerentes à vida quotidiana do asilo (na cozinha, no refeitório, nos dormitórios e lavatórios, na enfermaria, etc.), como parte do seu

---

<sup>33</sup> Idem, *ibidem*, p.69.

projecto educativo, obedece, igualmente, a uma organização temporal precisa. Diversas tabelas, anexas ao regulamento, encarregam-se de apresentar, na sua minúcia, a regulação do tempo escolar no interior do estabelecimento, bem como a divisão das matérias e actividades pelas classes, pelas horas do dia e pelos dias da semana lectiva<sup>34</sup>. Procura-se aproveitar ao máximo as potencialidades educativas proporcionadas pelo regime de internato, tentando inculcar nas alunas os valores associados à ordem, à disciplina e ao trabalho. As vantagens do internato são, de resto, permanentemente sublinhadas nos documentos do asilo: *Para que as crianças possam adquirir instrução adequada, só o internato o logrará*<sup>35</sup>. Alvo de regulamentação minuciosa é, igualmente, a distribuição dos géneros a incluir nas diversas refeições – almoço, jantar, merenda e ceia – pelos dias da semana (conforme o Verão e o Inverno), assim como a quantidade precisa de cada género (pão, carne, peixe, arroz, batatas, feijão, grão, azeite, vinho, fruta, café, chá, leite, etc.). Uma racionalidade pretensamente científica, veiculada, principalmente, por via do discurso médico-pedagógico, instala-se precocemente neste estabelecimento, ambicionando controlar todo o percurso formativo e usando para isso, como um dos seus instrumentos, “um caderno, onde se mencionará, para cada aluna, a resenha das transições por que passar desde a admissão no asilo”.<sup>36</sup>

Um tema recorrente é, como temos vindo a verificar, o da reafirmação da vocação do asilo no que se refere à educação doméstica, à semelhança do que acontecia nas instituições mais inovadoras do seu tempo na área da educação popular feminina.

---

<sup>34</sup> Tabela A – Exercícios de cada uma das quatro classes; Tabela B – Distribuição do tempo para os exercícios e aplicação das alunas; Tabela C – Serviço interno do asilo; Tabela D – Toques da sineta; Tabela E – Serviço interno do estabelecimento; Tabela F – Géneros a distribuir para a alimentação das alunas; Tabela G – Distribuição das refeições pelos dias da semana; Tabela H – Tabela dos preços por que se devem aceitar neste asilo obras de costura. Idem, ibidem, pp.73-80.

<sup>35</sup> SILVA, Fernando Emídio da. Op.cit., p.20.

<sup>36</sup> *Regulamento Interno...* Op.cit., p.25.

Muito significativo a esse respeito é um texto de 1864 do Conselho Director, provavelmente inspirado por Mariano Ghira, já então em funções:

Dado que a maioria das educandas se destina a serviços domésticos, convém que continuem a ser instruídas na leitura, escrita, doutrina e contas; nas prendas de costura, marca e meia; nos trabalhos de cozinha, serviço de mesa, engomados, consertos de roupa e todos os mais arranjos que as possam tornar de futuro boas criadas, mães de família laboriosas e com inteligência para superintender ou executar os serviços caseiros. Pelas razões indicadas, não é vantajoso que o ensino se estenda para além dos limites indicados. Salvo o caso de alguma aluna cujo talento e vocação para o magistério convenha utilizar em benefício do próprio estabelecimento ou do País.<sup>37</sup>

Fica muito claro que não se pretende a promoção social de jovens raparigas em risco oriundas dos meios populares. Elas não poderão, em geral, ambicionar a mais do que aquilo a que a sua humilde origem social as destina – o serviço doméstico, como *boas criadas* ou *mães de família laboriosas*. A instrução a proporcionar-lhes deve, por isso, ser apenas a necessária (não mais do que isso) tendo em conta esse limitado horizonte social e laboral, dela devendo constar as tradicionais *leitura, escrita, doutrina e contas*. As principais áreas relativas ao trabalho doméstico deverão ter, nessa óptica, uma presença importante no currículo, a par das já referidas educação moral e religiosa.

São a excepção neste panorama as jovens às quais são reconhecidas boas qualidades para o desempenho da função de professoras de instrução primária. Nesses casos, alguma (sempre muito contida) mobilidade social é permitida, confirmando a tendência, já salientada em alguns estudos, para o recrutamento das alunas das escolas normais entre a população dos asilos femini-

---

<sup>37</sup> SILVA, Fernando Emídio da. Op.cit., p.20.

nos. Este facto realça o perfil de humildade social que se pretende para as futuras educadoras do povo. Todos os anos, entre as alunas que concluem o seu percurso escolar no Asilo, várias são enviadas para a Escola Normal, como constata o relatório de 1886: “Das alunas que saíram: três foram para a Escola Normal com um subsídio mensal de 2\$000”.<sup>38</sup>

Se, inicialmente, o Asilo possuía empregadas destinadas às diversas tarefas domésticas decorrentes do seu funcionamento, gradualmente foi dispensando essas empregadas e encarregando as alunas do seu cumprimento. De acordo com o que se refere no relatório de 1892, o asilo procurava incrementar o que surge designado como *ensino prático*:

Começaram as alunas mais adiantadas em idade a fazer o serviço de cozinha por escala e continuou a norma de se entregar exclusivamente às alunas o serviço de limpeza. Ficam assim preparadas para exercer o mister de criadas, quando não encontrem outra colocação.<sup>39</sup>

O relatório de 1913 sobre *o ensino doméstico em Portugal*, elaborado por Manuel Borges Grainha, dá conta da continuação dessa opção pedagógica no Asilo D. Pedro V, avaliando-a muito positivamente:

Nele não há criadas de nenhuma espécie. São as próprias alunas que cozinham, servem à mesa, varrem e esfregam a casa, lavam a roupa, engomam, costuram, bordam, cortam o cabelo e são enfermeiras umas das outras e servem também de porteiras.<sup>40</sup>

Um debate interessante a este propósito foi o desenvolvido, em sucessivas assembleias-gerais, entre 1902 e 1908, por iniciativa de Aboim Ascensão: “se ao Asilo não deveria ser dada a orien-

---

<sup>38</sup> Idem, *ibidem*, p.99.

<sup>39</sup> Idem, *ibidem*, p.115.

<sup>40</sup> GRAINHA, Manuel Borges. *Op.cit.*, p.16.

tação de um Asilo-Oficina?”<sup>41</sup>. O proponente apresenta, posteriormente, o exemplo do Asilo de Santo António (no qual a venda dos produtos resultantes do trabalho das alunas atingiria quantitativos elevados), chama a atenção para o facto de muitas das antigas asiladas obterem colocações que não apenas a de *criada de servir* e considera limitada essa finalidade da instituição. A posição maioritária argumenta que a situação financeira do asilo não permitiria tal opção, que ela seria contrária à assunção da educação doméstica como elemento central do projecto educativo duma instituição destinada a acolher jovens pobres sem grandes expectativas sociais. Os relatórios de 1901-1902 e de 1903-1904 aprofundam esses argumentos:

Na grande maioria – o que as possibilidades demonstram para as que saem é a sua colocação em casas particulares, como criadas. Há que orientar as suas habilitações nesse sentido, que é também a de as habilitar eventualmente a tratar das suas próprias casas.

Há, portanto, e sobretudo, que as ensinar a ler, escrever e contar, e conhecer as prendas próprias do seu sexo e da sua futura situação, como coser, marcar, engomar, cozinhar e cuidar de todos os arranjos e limpezas de uma casa, como aliás já fazem no Asilo.

Como habilitá-las além disto, que leva bem seis anos a saber, à aprendizagem de uma indústria?<sup>42</sup>

Não é para lamentar que o objectivo primordial do ensino no Asilo seja o da formação de criadas de servir; outra não é a aspiração com que as crianças pobres aí entram; o que não quer dizer que se não encorajem para outros destinos as alunas com predisposições mais altas.<sup>43</sup>

Na sequência desta polémica, a direcção do Asilo acabou por decidir fazer *um inquérito ao modo de vida actual das educandas saídas nos anos de 1901 e 1902*, tendo verificado que *quase to-*

---

<sup>41</sup> SILVA, Fernando Emídio da. Op.cit., p.136.

<sup>42</sup> Idem, ibidem, p.138.

<sup>43</sup> Idem, ibidem, p.143.

*das procuram ganhar a vida, dedicando-se a serviços para os quais as preparou a educação dada no Asilo. Particularizando:*

Assim, no ano de 1901, em 15 alunas saídas: quatro foram para modistas, uma trabalha de alfaiate, outras quatro estão em casa ajudando os seus, uma ainda foi para criada. Quanto às cinco restantes: duas foram para a Escola Normal, uma outra para a Escola de Telegrafia, e a última ficou no Asilo como ajudante. É de dizer que, entre as que vivem com as mães, duas dão lições. Quanto às onze alunas saídas em 1902: três trabalham em roupa branca, uma é ajuntadeira de calçado; uma outra trabalha ... em panos de caixões, e há ainda uma modista, uma criada e uma ajudante de colégio, e das outras três sabe-se que trabalham em casa. Quase todas, de resto, estão vivendo com os seus.

Panorama modesto, é certo, mas não isento de bom porte.<sup>44</sup>

A citação anterior é particularmente interessante, pois dá-nos uma imagem relativamente precisa sobre o destino social e profissional das alunas. Confirma-se a ideia de que o Asilo não se propõe promover a sua mobilidade social, a não ser em casos excepcionais, promoção essa, mesmo assim, moderada, como no caso das que vão para a Escola Normal. Pretende-se retirar essas jovens da rua e evitar que se transformem num perigo social, proporcionar-lhes uma instrução elementar que as capacite para a vida, uma formação moral e religiosa que contribua para a sua integração social, a interiorização das regras do internato, de forma a ajustar os seus comportamentos às expectativas sociais e, finalmente, a aprendizagem de um ofício de entre os adequados ao género feminino, em particular aqueles que representam uma extensão dos trabalhos domésticos (criadas, modistas, etc.). Muito significativa é a afirmação final de que, apesar do *panorama modesto*, o *bom porte* manifestado pelas antigas alunas representaria o sucesso do projecto educativo do Asilo, o qual consis-

---

<sup>44</sup> Idem, *ibidem*, p.141.

tia, fundamentalmente, num projecto de moralização social. A proposta de Aboim Ascensão era, sem dúvida, influenciada pelas experiências de escolas-oficinas que começavam então a surgir no país – cuja grande referência virá a ser a Escola-oficina n.º1 de Lisboa – e que atribuíam uma maior visibilidade a algumas das propostas pedagógicas sistematizadas pelo movimento da Educação Nova, designadamente no que se refere à adopção dos chamados métodos activos e à valorização dos trabalhos manuais no âmbito do ideal de educação integral. Apesar da introdução gradual, e nalguns casos precoce, de um conjunto de inovações, como as referentes à actividade prática das alunas, à preocupação com a educação física e com a saúde das mesmas (adequação do espaço, vigilância médica, alimentação cuidada, banhos de mar no Verão, etc.), é visível também que as opções pedagógicas das sucessivas direcções se pautam também por uma grande moderação, mesmo em período republicano, em particular no que se refere à dimensão social do seu projecto.

Num balanço geral, e partindo do exemplo do Asilo de D. Pedro V, pode-se concluir que os asilos femininos desempenharam, na transição do século XIX para o século XX, uma importante função de regulação social. Retirando do espaço público algumas das manifestações de pobreza e mendicidade – potencialmente causadoras de tensões e conflitos – estes estabelecimentos contribuiriam para o encerramento das jovens *desvalidas* em espaços de clausura destinados, simultaneamente, à sua protecção e *reeducação*. O carácter de internato, assumido pela generalidade destas instituições de tutela, tinha em vista a concretização mais eficaz de um programa de transformação da alma e do corpo das educandas. Uma componente importante do referido programa era a ideia da regeneração pelo trabalho, tanto sob a forma de *serviço doméstico* como de aprendizagem profissional, conduzindo, em qualquer dos casos, à aprendizagem de tarefas e profissões consideradas socialmente adequadas à mulher e à formulação de expectativas sociais limitadas.

Recebido em maio de 2008  
Aprovado em julho de 2008